

*Pax Atlantica***Nuno Filipe Medeiros Martins**

Universidade dos Açores (Mestrando)

Após a desintegração da URSS, rapidamente as relações internacionais tomaram outro rumo. As transformações no sistema internacional foram evidentes: os EUA, vencendo a Guerra Fria, assumiram necessariamente o papel de única superpotência, esquecendo a lógica das áreas de influência que havia assombrado os espíritos políticos durante a segunda metade do século XX; a Europa, tendo perdido a sua função primária de “tampão” ao expansionismo soviético ou fronteira avançada de defesa dos Estados Unidos, viu-se obrigada a olhar para fora das suas fronteiras e a tentar alcançar um novo posicionamento no sistema internacional.

Mais do que a ascensão da “hiperpotência” ao pódio dos actores estatais, é patente a fragmentação que o desaparecimento dos dois blocos ideológicos infligiu nas relações internacionais. Hodiernamente, a fragmentação esbatida do final da Guerra Fria deu lugar à polarização de poder, desviando os olhares da superpotência remanescente para outras regiões do globo. Países como a China, Brasil, Índia e Japão deixaram o papel de figurante, retirando algum brilho à estrela principal do palco internacional, os EUA.

Na verdade, apesar do incremento de poder por parte de algumas potências regionais, estes países encontram-se longe de igualar o incomensurável poderio norte-americano. Contudo, as alterações sistémicas, quer a nível de segurança, quer a nível económico (pelo famigerado processo de globalização) impedem os EUA de pensar ou efectivar uma política externa isolada de todas as outras partes da comunidade global. Assumir a “multipolaridade” do sistema internacional será uma imprecisão de avaliação; o paradigma unipolar modificou-se e, como tal, todos os países devem adaptar-se a esta rápida metamorfose sob pena da perda significativa de poder.

Este “novo paradigma unipolar” caracteriza-se pela perda de “poder de atracção” (pois encontra-se repartido pelas potências regionais emergentes) por parte da superpotência, condicionando o seu relacionamento com outros países e, possivelmente a constituição de alianças que viabilizem a manutenção de poder global. Apesar das duras críticas contra o poder norte-americano, vindas dos mais variados quadrantes, não podemos deixar de constatar que a superpotência tem vindo a desempenhar o seu papel no que se refere à segurança global (apesar do erro estratégico da intervenção militar no Iraque).

O equilíbrio do sistema internacional, tendo em conta a crescente incerteza lançada sobre o relacionamento entre os Estados, dependerá da manutenção do *status quo* nas relações internacionais actuais. Tomando o bipolarismo como propulsor de equilíbrio, qualquer manifestação de multipolaridade no sistema internacional deverá ser descartada, pois colocará em risco a segurança global. Em alternativa à derivação bipolar, do unipolarismo dimanará um período de estabilidade possível, dada a corrente conjuntura internacional.

Como manter esta necessária unipolaridade do sistema? O papel a desempenhar pela União Europeia é fundamental. Com as sucessivas mudanças e a perigosa consagração daquilo a que alguns chamam “uni-multipolarismo”, a União Europeia ver-se-á obrigada a adoptar outra estratégia. Com o urso russo a galgar os Urais e com as ameaças do dragão chinês a Oriente, a frágil Europa certamente sucumbiria. A UE deverá constatar que não estará em condições, dentro de alguns anos, de competir com estas economias gigantes que parecem querer penetrar o espaço atlântico.

Por outro lado, os EUA ver-se-ão compelidos a estreitarem alianças com a finalidade de manterem o seu poder e influência um pouco por todo o globo. Ao fechar aos poucos as portas de conversação com a China (por receios infundados de alguns políticos conservadores americanos) e ao contestar o posicionamento russo em matéria de

segurança global, as únicas opções de controlo do mundo oriental serão a Índia e o Japão. Um aliado forte no mundo asiático é fundamental, pois com o adensamento de jogos de poder junto do Pacífico é necessário um poder que mantenha um equilíbrio de forças regional, neutralizando assim a influência (no plano internacional) dos poderes contrários aos objectivos americanos.

Anulada a preponderância das potências concorrentes, os EUA terão de tomar consciência de que a manutenção do seu poder passará pela intensificação das relações com a União Europeia, quer em matéria económica, quer em questões de segurança e defesa. A UE e os EUA terão de caminhar pela senda da convergência atlântica. Os interesses europeus e americanos no mundo actual já não necessitam de um Atlântico com duas margens intocáveis, mas sim de um mar interno, via de comunicação essencial, de uma verdadeira comunidade atlântica.

O subsistema europeu e o Estado norte-americano deverão fundir-se numa área já projectada pelos especialistas: o Subsistema Atlântico, centro do sistema internacional. A preocupação europeia de ser ofuscada pelo poder americano é infundada. A Europa não é totalmente dependente dos EUA, e os norte-americanos não poderão manter o estatuto de superpotência sem a UE; a dependência é mútua, “como tal os Estados devem adaptar-se aos interesses do parceiro.”⁽¹⁾ Foi este princípio que levou à construção europeia.

Atendendo a um dos princípios basilares da UE, a subsidiariedade, os europeus deverão aperceber-se de que existem determinadas distorções no sistema internacional que só podem ser colmatadas pela passagem de responsabilidade para uma comunidade atlântica. A proximidade à superpotência dotará a UE de maior margem de manobra nas relações internacionais e de segurança em relação aos rivais económicos, Rússia e China. Fortalecer o Atlântico é garantir que os EUA continuem a dar cartas, mas também manter a Europa permanentemente em jogo. Criar uma relação transatlântica sólida é estabilizar o sistema internacional, gerando a paz – uma Paz Possível.

(1) Stephen M. Walt, *The Origins of Alliances*. Ithaca : Cornell University Press, 1990: 43.